

* Maria José Ferreira dos Santos
** Sandra Raquel Rodrigues

Subsídios histórico-arqueológicos para um inventário da freguesia de Pai Penela (Meda)

O presente estudo¹ vem no seguimento de uma prospecção realizada em Agosto de 1997 por terras da Meda. Este trabalho visa ser um pequeno contributo para o conhecimento e divulgação do património histórico-arqueológico da freguesia de Pai Penela.

Etimologicamente, o primeiro elemento toponímico que constitui o nome da freguesia parece derivar do nome pessoal Paio, referido nos documentos medievos como *Pay e/ou Paay*². O segundo topónimo, Penela, tem como radical «Pen», que está na origem de *Pena* e de *Penella*, designação atribuída desde o século X a estruturas fortificadas entre ou sobre rochedos³. Este radical significa igualmente pedra; daí que Penela se relacione com uma aglomeração rochosa de pequenas proporções. Significará Pai Penela «castelo de Paio»?

O outrora pertencente a Marialva, Pai Penela integrou a comarca de Vila Nova de Foz Côa de 1855 a 1872, data a partir da qual se juntou às restantes 15 freguesias que constituem o actual concelho da Meda (distrito da Guarda, diocese de Lamego)⁴. Situada a 8km a Sul da sede do concelho, é fronteira com a freguesia de Valflor a Este (antiga Vale de Ladrões), Carvalhal e Casteição a Sul e com Prova a Oeste, sendo atravessada pela EN600.

O pastoreio e a agricultura são a base de sustento económico da população local, onde o cultivo do centeio, da batata e sobretudo da vinha remonta aos seus antepassados. Hoje em dia, porém, o processo de despovoamento das zonas

* Aluna da licenciatura de História, variante Arqueologia da FLUP.

** Licenciatura em História, variante Arqueologia da FLUP.

¹ Agradecemos ao Prof. Carlos A. Brochado de Almeida pela confiança e ajuda indispensável na elaboração deste artigo. Ao Prof. Mário Barroca e ao Dr. José Augusto Pizarro pela sua disponibilidade e auxílio e ainda ao Dr. Pedro Bãere pela colaboração nos desenhos apresentados.

² *Inquirições de D. Dinis*, fl. 35, livro 4º.

³ BARROCA, 1990/91.

⁴ Pinho LEAL, 1875; RODRIGUES, 1983; SIÃO, 1996.

rurais do interior parece também ter atingido a área em questão, uma vez que os vestígios de abandono de campos de cultivo e de estruturas habitacionais são bem patentes por toda a freguesia. Passemos então à análise das áreas prospectadas.

Tendo em conta as diversas referências que alguns autores lhes têm feito, a Quinta dos Prados e a Quinta do Maduro foram alvo da nossa atenção. Percorrendo todo este vale granítico deparámo-nos com as casa agrícolas de ambas as quintas em estado ruinoso, embora a da Quinta do Maduro ainda se encontre, em parte, com a sua cobertura original de giestas. Curiosamente, não detectámos qualquer tipo de espólio arqueológico, apesar de Vasco Rodrigues e Jorge Alarcão⁵ afirmarem a existência de vestígios romanos. José Sião⁶ vai mesmo mais longe fazendo referência a um suposto Castro na Quinta do Maduro. Na verdade, apenas podemos admitir uma provável ocupação romana para a Quinta dos Prados, o que dificilmente se pode conceber para a outra quinta.

Um pouco mais a Sul fica situada a Quinta de Vila Maior, acerca da qual temos notícia de terem sido encontrados diversos fragmentos de cerâmica de construção (*ímbrex*) e alguns elementos arquitectónicos, nomeadamente fragmentos de colunas, bases e capitéis. Estes vestígios foram equivocadamente atribuídos à Época Romana, tendo sido considerados provenientes de um templo⁷ ou de uma *villa*⁸. Podemos porém constatar que não se registam quaisquer sinais de romanização do lugar. Não esqueçamos que o *ímbrex* não se pode considerar um indicador fiável de ocupação romana, pois a sua utilização permanece até à actualidade. Quanto aos elementos arquitectónicos, supostamente romanos, são oriundos de uma antiga igreja românica erguida possivelmente entre os finais do século XII e meados do século XIII. De facto, desta construção medieval restam ainda fragmentos de uma aduela com enxaquetado e alguns blocos graníticos siglados claramente observáveis no aparelho da actual capela, reconstruída entre 1881 e 1897 (Est. IV – 1). No mesmo local verifica-se a presença de uma tampa em estola bifurcada simples, fragmentada ao meio. Uma das partes foi reutilizada na construção de um muro contíguo ao caminho, estando a outra encostada ao mesmo (Est. IV – 2). Cronologicamente, sabemos que as tampas em estola não chegam até ao séc. XIII, sendo esta possivelmente datada entre os séc. X e o séc. XI⁹. O prosseguimento da prospecção conduziu-nos até a uma sepultura antropomórfica cavada na rocha, situada a cerca de 100 m da capela da Sr.^a de Vila Maior (Est. II, Sep. 1; Est. IV – 3). Esta sepultura aproveitou um pequeno afloramento granítico junto do caminho, orientando-se de Noroeste para Sudeste (o que de resto não foge muito à

⁵ RODRIGUES, 1983, p. 60; ALARCÃO, 1988, p. 54 e 56.

⁶ SIÃO, 1996, p. 203.

⁷ RODRIGUES, 1983, p. 60 e 88.

⁸ ALARCÃO, 1988, p. 54.

⁹ BARROCA, 1987, p. 218.

orientação normalmente recomendada nos enterramentos medievais). Cronologicamente podemos propor uma certa contemporaneidade entre a tampa em estola e o sepulcro, não significando, porém, a existência de uma relação directa entre ambas.

As sepulturas rupestres medievais podem encontrar-se polarizadas em torno de uma igreja, agrupadas ou isoladas. Este assunto levanta algumas questões. O Prof. Mário Barroca¹⁰ defende que as sepulturas isoladas ou em número restrito se correlacionam com as vias de comunicação, tanto pela organização da propriedade individual, como pela necessidade de destaque. Por sua vez, J. Bolós e M. Pagès¹¹ relacionam as sepulturas avulsas com locais de *habitat* isolados que não possuem ainda uma organização paroquial, em torno da qual se poderia polarizar o espaço funerário. No caso da sepultura de Vila Maior, podemos conciliar as duas opiniões. Se, por um lado, a sepultura se encontra junto a um caminho, podendo ter pertencido a um membro destacado da comunidade, ou mesmo ao proprietário daquelas terras, por outro podemos corroborar a opinião de Bolós e Pagès na medida em que a sepultura é bastante anterior à capela.

Apesar de não existirem vestígios de ocupação romana, sabemos que aquela área manteve um povoamento contínuo durante toda a Baixa Idade Média, já que a sequência cronológica dos achados aponta nesse sentido. A sepultura e a tampa em estola atestam o povoamento da área desde o séc. X – XI, o que facilmente se comprova pela tipologia e funcionalidade dos fragmentos recolhidos numa vinha entre a capela e a sepultura. Os fragmentos cerâmicos encontrados datam a ocupação medievla entre os séculos XI e XII, destacando-se de entre o conjunto a abundância de fragmentos de louça de cozinha e de mesa, nomeadamente fragmentos de jarros, alguidares, ollas, taças e potes¹² (Est. I). De uma forma geral, verifica-se uma homogeneidade formal e decorativa no espólio recolhido, predominando as pastas de cor acinzentada, mal depuradas, com paletas de mica e grãos de quartzo de pequeno e médio calibre como desgordurantes. Os fragmentos cerâmicos revelam igualmente uma homogeneidade na cozedura em ambiente redutor. Os elementos decorativos baseiam-se essencialmente na aplicação de cordões plásticos, puncionamentos e linhas incisivas paralelas. Os indicadores cronológicos mais fiáveis são um fragmento de fundo em disco de alguidar e um fragmento de bojo de jarro decorado com linhas incisivas paralelas, com aguada na superfície exterior, datados do séc. XII (Est. I – 5). Recolhemos também cerâmicas atribuíveis ao séc. XIII, contemporâneas do edifício românico. Para terminar esta breve referência à Quinta de Vila Maior, resta-nos aludir à existência de um forno pétreo, moderno ou contemporâneo (Est. IV – 4), cujas funcionalidades

¹⁰ Ibidem, p. 129.

¹¹ BOLÓS, J. e PAGÈS, M., 1982, p. 59-103.

¹² Apresentamos em anexo apenas o desenho de alguns fragmentos mais representativos.

podem ser várias, indo da cozedura do pão à secagem de figos. Apesar de não termos provas concretas sobre a continuidade do povoamento desta área além da centúria de Duzentos, julgamos não ser descabida esta hipótese dada a necessidade de povoar a linha raiana determinada pelo Tratado de Alcanices (1297).

Quem chega à pequena aldeia de Pai Penela, sede de freguesia, logo se depara com o miradouro de Santa Bárbara onde se ergue, a 800 m de altitude, a capela de S. Silvestre, o patrono do lugar. Amavelmente recebidos pelos seus habitantes, extremamente solícitos e diligentes, logo fomos informados da existência de alguns vestígios arqueológicos, nomeadamente de um lagar. A nossa prospecção viria aumentar o número para três, de onde facilmente se depreende a importância da vitivinicultura desde tempos longínquos. O lagar que nos foi indicado situa-se num quintal particular (Est. III – 1; Est. V – 1), aproveitando uma diáclase num afloramento granítico. Tipologicamente, não possui qualquer tipo de compartimento de recolha, o que lhe atribui um certo arcaísmo em relação aos dois outros lagares. O canal de escoamento termina na extremidade do maciço rochoso de forma a verter o produto da pisagem directamente para um recipiente de armazenamento, que seria apoiado num pequeno entalhe na base do lagar. A cota relativamente baixa a que se encontra o Lagar 1 e a sua tipologia levou-nos a prospectar as ricas encostas cultivadas com vinhas e amendoeiras que se estendiam defronte do lagar. Chegados ao Campo da Moura/Fonte de Telha as nossas dúvidas dissiparam-se. A imensa quantidade de fragmentos de *tegulae*, *ímbrices*, cerâmica comum romana e *dolia* espalhados por entre os vinhedos colocaram-nos perante uma ocupação da Época Romana, o que uma intervenção arqueológica poderá determinar se é uma *villa* ou um casal. Tendo em consideração que os romanos foram pioneiros na introdução do vinho na região duriense, parece-nos lícito correlacionar a ocupação com o Lagar 1, não deixando de admitir a sua utilização até à Época Contemporânea. Regressados à povoação, e como já anteriormente referimos, encontrámos outros dois lagares. Na parte inferior da parede de uma casa é visível um canal de escoamento talhado na rocha. Este acompanha o declive do batólito, o que por sua vez indicia a existência de um compartimento de recolha e decantação, que terá sido destruído aquando da construção do edifício (Est. V – 2). Esta hipótese é atestada pela impossibilidade de se encostar um qualquer recipiente ao canal sem que o líquido se derrame, escorrendo pela parede exterior do compartimento de pisagem. Relativamente ao segundo lagar, conseguimos detectá-lo do cimo do miradouro de Santa Bárbara, no seu lado Oeste, embora estivesse coberto de vegetação (Est. III – 2). Após a sua limpeza deparou-se-nos um lagar tipologicamente mais complexo, com dois compartimentos ligados por um canal. O compartimento de pisagem sub-quadrangular possui paredes levemente inclinadas para o interior, tendo o fundo um ligeiro declive que facilita o escoamento do líquido para o compartimento de recolha

sub-rectangular. Possivelmente terá sido edificado na Época Medieval, podendo ter tido uso posterior. O povoamento de Pai Penela é, no entanto, anterior à romanização. De facto, foi-nos possível comprovar, através de vestígios materiais, que a actual aldeia assenta directamente sobre um castro da Idade do Ferro, tendo sido construído o miradouro de Santa Bárbara sobre a sua Acrópole. Podemos agora questionar se o topónimo Penela se aplicou à Acrópole castreja propriamente dita, já que frequentemente se apelidam os castros de castelos, ou se houve de facto um pequeno castelo medieval sobre a mesma. Atestar-se-ia, assim, um povoamento contínuo desta área mas não necessariamente sobreposto, uma vez que a *Pax Romana* fomentou a descida para a base do castro, onde se encontram os terrenos agrícolas de melhor qualidade, situação aliás testada com outras zonas do país, nomeadamente o Entre Douro e Minho¹³. Os condicionamentos históricos, desde as invasões bárbaras e muçulmanas à Reconquista, vão obrigar a população a refugiar-se no antigo *habitat* castrejo, cuja condição geotopográfica lhe permitia uma melhor defesa e vigilância do território.

Chão do Muro/Ladeiras constitui o *terminus* do nosso périplo. O significado do topónimo Ladeiras¹⁴ não podia aplicar-se melhor à paisagem inóspita que encontrámos, isto é, uma encosta de terras de serra com fraca vegetação e de pouco préstimo. A agricultura de cereais de sequeiro, como o centeio, e o pastoreio parecem ser as actividades possíveis neste lugar; daí a existência de alguns casebres nas imediações destinados a guardar ferramentas e gado. Por entre os grandes batólitos e o giestal passa o caminho medieval que liga Pai Penela, Valflor e Vila Maior à Meda. A Norte deste encontrámos uma sepultura antropomórfica isolada e cavada na rocha (Est. II – Sep. 2). A sua orientação Nor-Noroeste / Sul-Sudeste contraria o habitual sentido Poente-Nascente, o que não deixa de ser compreensível dada a morfologia do afloramento aproveitado, que impossibilitava outra solução. Esta sepultura foi concertada trabalhada por alguém com grandes conhecimentos do talhe da pedra, uma vez que apresenta um rebordo que acompanha o contorno rectangular da cavidade sepulcral na perfeição. A cabeceira de arco de volta perfeita possui uma base de assentamento (almofada) mais elevada que o resto da cavidade. Os ombros estão bem demarcados e o fundo da cavidade tem uma leve inclinação no sentido dos pés, onde se encontram duas pequenas cavidades paralelas para apoio dos calcanhares. A sua cronologia aponta para os finais do séc. XI. Percorremos ainda as imediações, mas nada mais encontrámos.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que o espaço ocupado pela actual freguesia de Pai Penela se enquadra na evolução histórico-cultural de toda a

¹³ ALMEIDA, 1996.

¹⁴ FERNANDES, 1987, p. 95.

região. Vários povos por aqui deixaram as suas marcas, desde os *Aravi*, cuja *civitas* se situava na zona da Meda (em Marialva), aos *Medubrigenses*, cuja capital seria o castro de Ranhados¹⁵. A romanização teve o seu início com a vinda de Júlio César à *Hispania Ulterior* (61 a.C.), tendo sido *Medobriga* (Ranhados/Meda) posteriormente tomada pelo governador Quinto Cássio Longino, em 48 a.C. . Cerca de um século depois, Plínio referir-se-ia ainda a este povo do território da Meda. As terras férteis que proporcionavam as boas colheitas cerealíferas e vinícolas, a proximidade do rio Douro e a existência de minérios levaram à continuada ocupação deste território estratégico. Na primeira metade do séc. XI surgem as primeiras formas castelares no vale do Douro¹⁶. Afonso III das Astúrias visava criar vários pontos de altitude fortificados, para vigia e administração do território, investindo na ocupação dos antigos castros e criando novas *civitates* ao longo do curso do Douro. Estas *civitas* foram entregues à nobreza condal de forma a organizar-se o povoamento do território em seu redor, garantindo-se, assim, uma linha de fronteira defendida e povoada. Este primeiro encastelamento apresentava duas formas estruturais, *Castellos* e *Penellas*, aos quais se fazem referência num documento de doação (960) de D. Flamula: «(...) *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Naumon, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Serniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stremadura(...)*»¹⁷. Testemunha-se assim a importância desta zona raiana, tão vital na Reconquista, tanto em termos económicos como em termos militares, e que mais tarde terá ainda merecido a atenção de D. Dinis aquando da reforma castelar da linha de fronteira.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.
- ALARCÃO, Jorge de – *Roman Portugal*. Warminster: Aris and Phillips Ltd, 1988, vol. II.
- ALMANÇA, M. A., et al. – *Ceramicas de epoca visigotica en la Peninsula Iberica. Precedentes y perduraciones*. In «IV Congresso Internacional de Mértola», 1991.
- ALMEIDA, C. A. Brochado de – *O Povoamento de Época Romana entre o Cávado e o Neiva*. Porto, 1996. Vol.VII. Tese de doutoramento FLUP.
- ALMEIDA, C. A. Brochado de, et al. – *Os lagares cavados na rocha do Castelo de Castorigo-Pegarinhos (Alijó)*. «Douro. Estudos e Documentos». Porto: G.E.H.V.I.D. n° 4 (1997), p. 15-24.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de, et al. – *Escavações arqueológicas de Santo Estevão da Facha*. Ponte de Lima: C.M.P.L., 1981.

¹⁵ ALARCÃO, 1987, p. 19-170.

¹⁶ BARROCA, 1990/91, p. 15 e sgts.

¹⁷ In P. M. H., doc. 81.

- ALMEIDA, C. A. Ferreira de – *Castelologia Medieval de Entre-Douro e Minho. Das Origens a 1220*. Porto: FLUP, 1978. Policopiado.
- ANTUNES, J. e BÀERE, P. – *Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo (Longroiva, Meda)*. «Douro. Estudos e Documentos». Porto: G.E.H.V.I.D. n° 1 (1996), p. 270-273.
- ANTUNES, J.; BÀERE, P. – *Aspectos diacrónicos de um espaço entre Goujoim e S. Martinho das Chãs*. «Douro. Estudos e Documentos». Porto: G.E.H.V.I.D. n° 4 (1997), p. 25-33.
- BARROCA, Mário e MORAIS, António – *Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena, Vila Pouca de Aguiar*. «Arqueologia». Porto. n° 8 (1983).
- BARROCA, Mário e MORAIS, António – *A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar de Pena*. «Portugália». Porto. n° 6-7 (1985/86).
- BARROCA, Mário – *Necrópoles e sepulturas medievais*. Porto: FLUP, 1987. Policopiado.
- BARROCA, Mário – *Cerâmica medieval do Noroeste de Portugal: séc. XI a XV*. Porto: FLUP, 1987. Policopiado.
- BARROCA, Mário – *Do castelo da Reconquista ao castelo Românico (séc. IX a XIII)*. «Portugália». Porto. n° 11-12 (1990/91).
- BÓLOS, J. e PAGÈS, M. – *Les sepultures excavades a la roca*. In «Necròpolis i Sepultures Medievales de Catalunya, Actas/Medievalies». Barcelona, 1982. ANNEX I, p. 59-103.
- COSTA, P^e. Avelino Jesus da, et al. – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, vol. I.
- FERNANDES, A. de Almeida – *Toponímia Tarauçense*. «Beira Alta». Viseu. vol.66, n° 1 e 2 (1987).
- GONZALO, J. Andrio, et al. – *Las ceramicas medievales del Norte y Noroeste de la Península Iberica. Rasgos comunes y diferencias regionales*. In «IV Congresso Internacional de Mértola». 1991.
- LEAL, A. Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Mattos Moreira e Cia, 1875. vol. V e VI.
- LEMONS, F. Sande – *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho, 1993. vol.1-a e1-b. Policopiado.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda, Natureza e Cultura*. Meda: Câmara Municipal da Meda, 1983.
- RODRIGUES, Miguel C. – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo*. Porto: FLUP, 1994. Policopiado.
- SIÃO, José – *Vila da Meda e seu concelho*. Meda: Tipografia Marques e Pereira Lda., 1996.

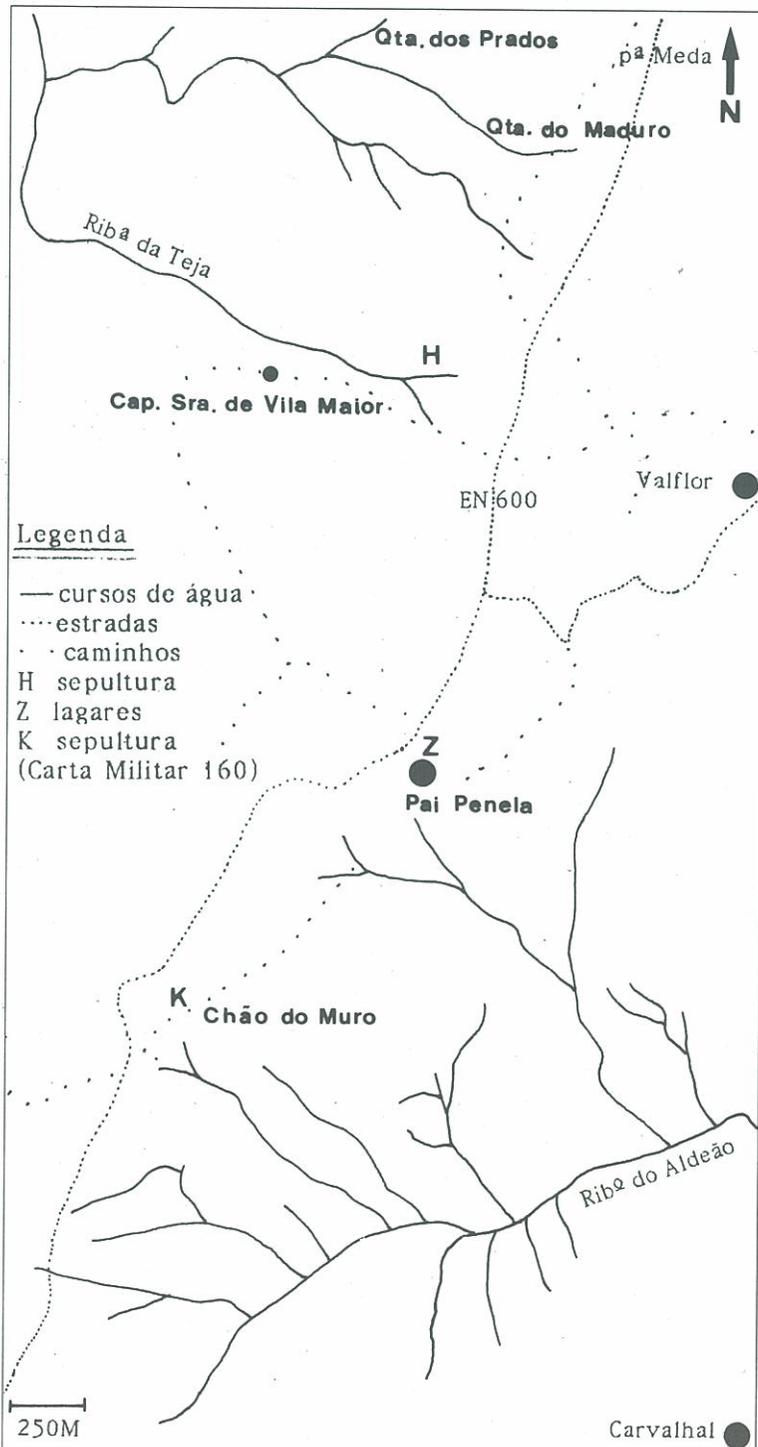
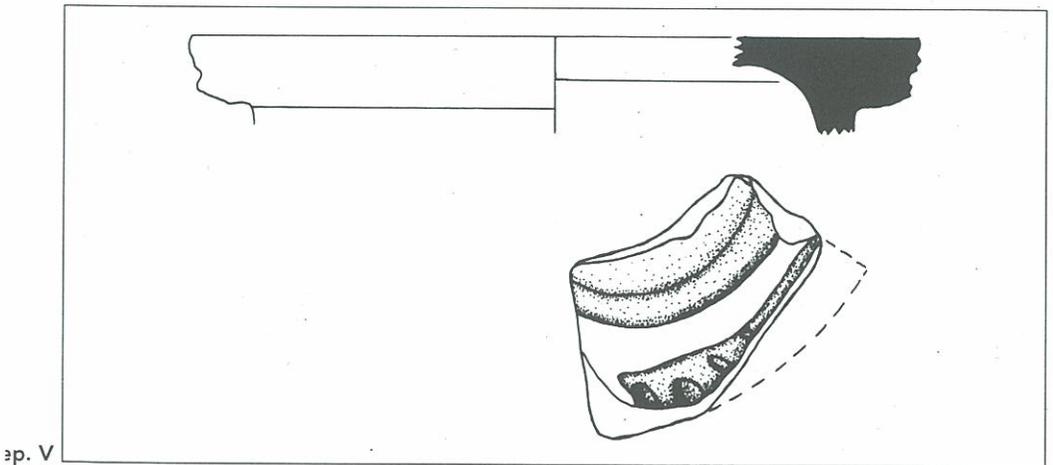
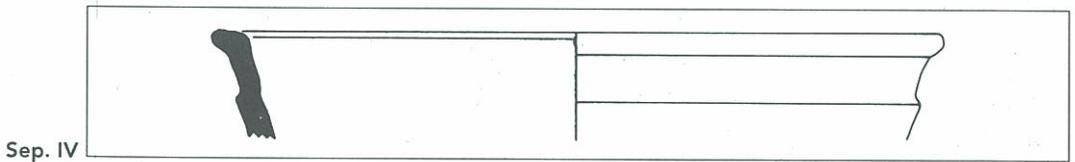
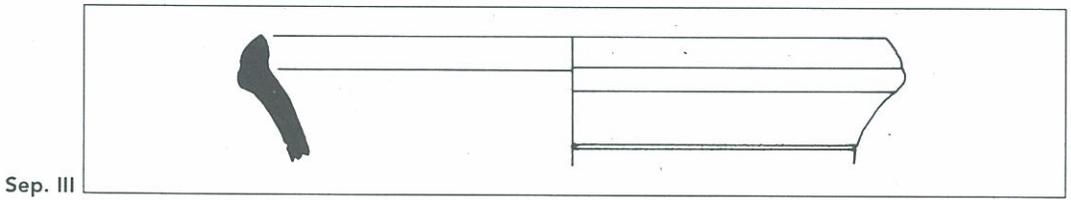
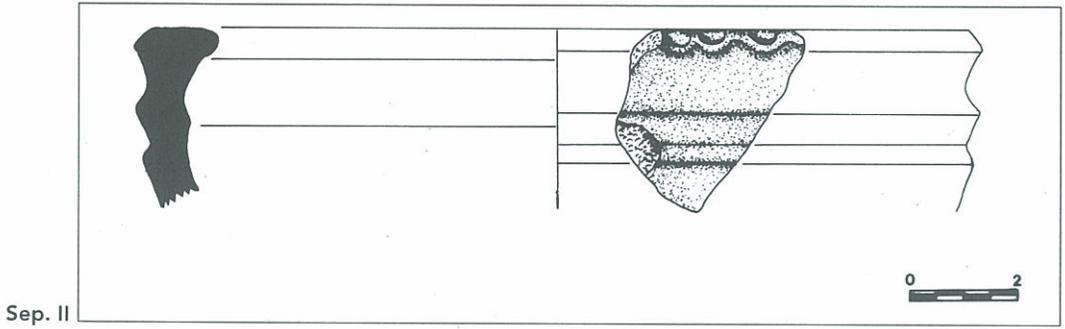
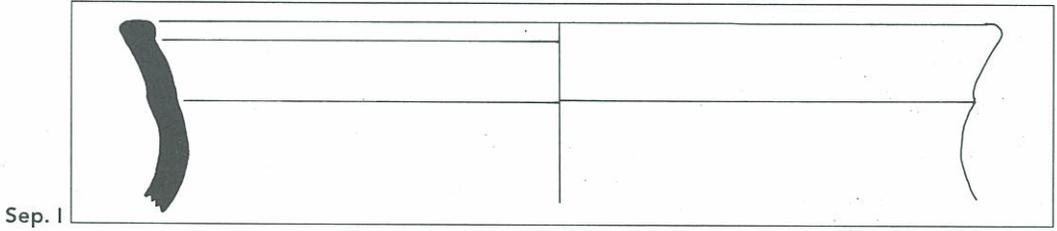
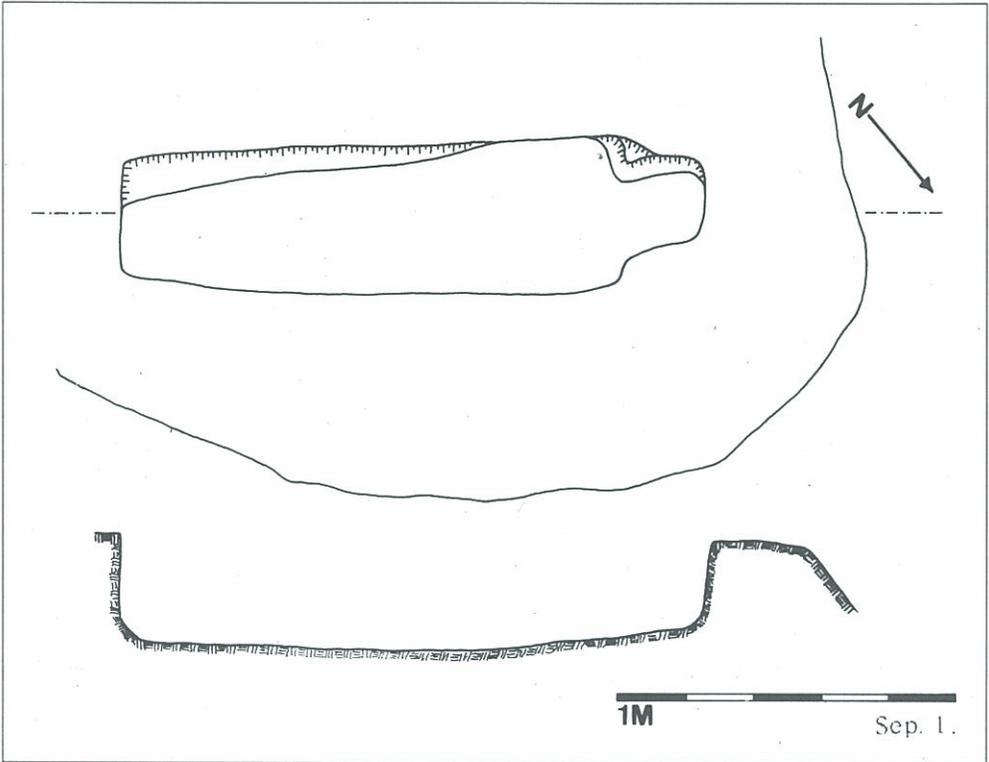


Fig. 1

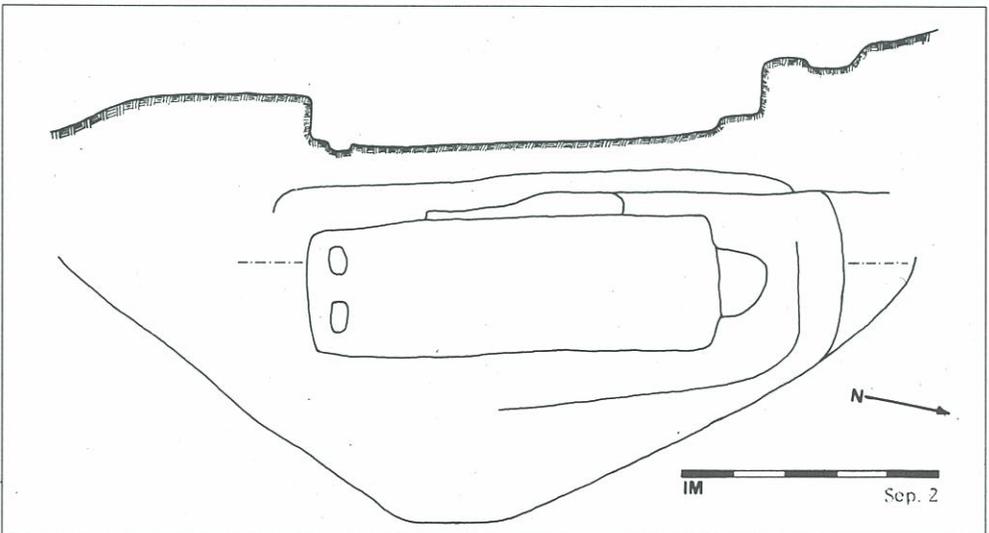
EST. I



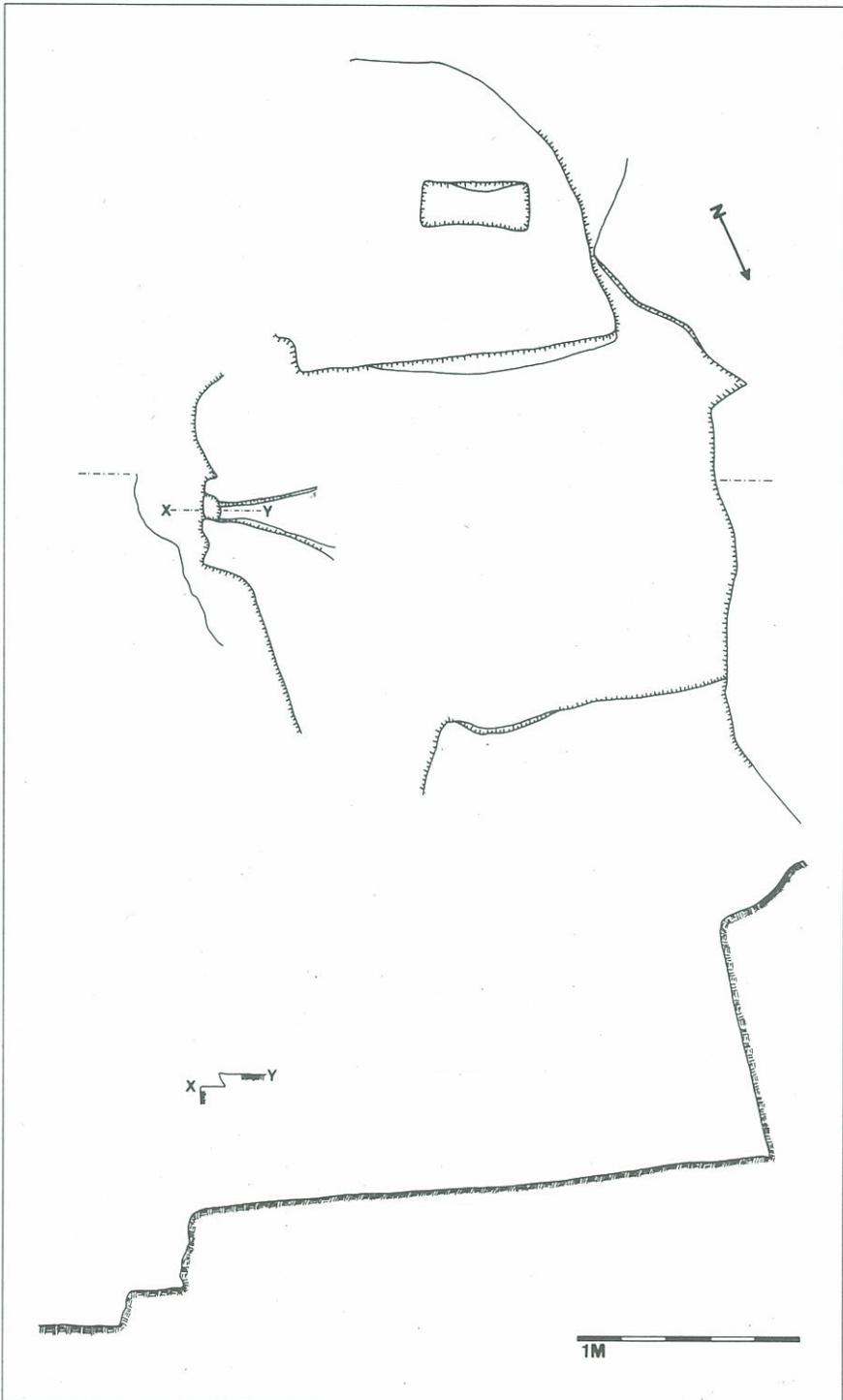
EST. II



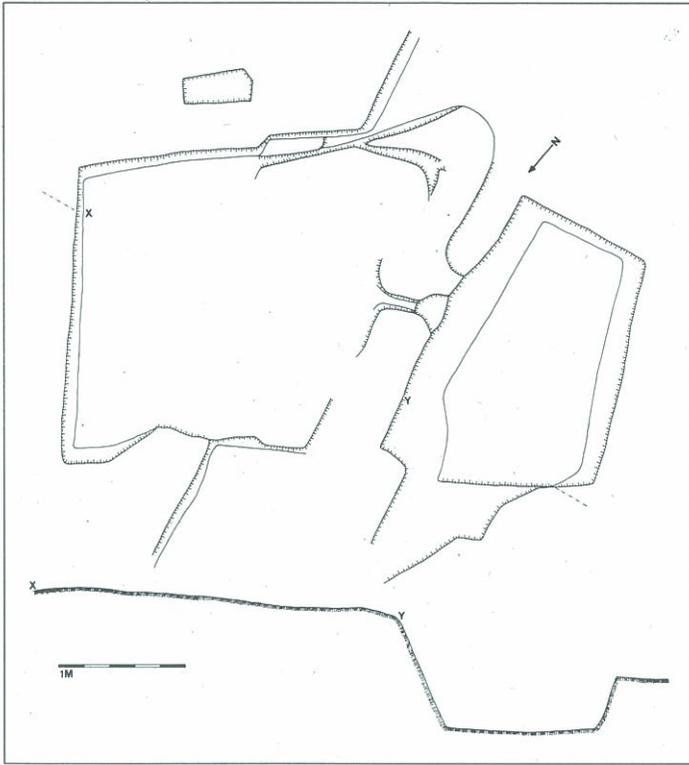
Sep. 1



Sep. 2



EST. III.1

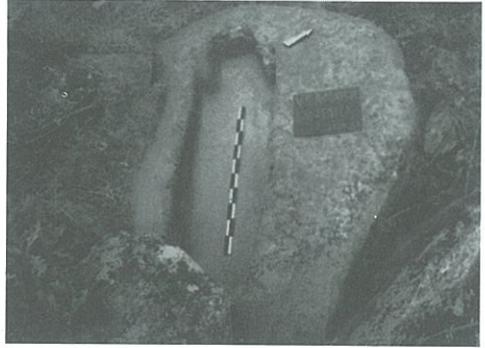


EST. III.2

EST. IV.1 – Capela da Sr.^a. de Vila Maior.



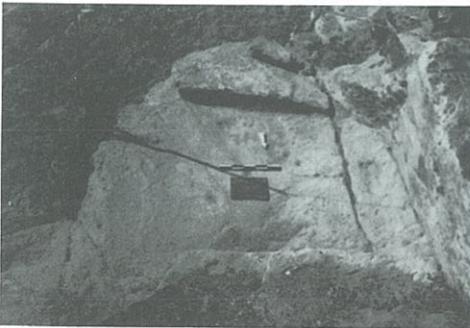
EST. IV.2 – Vila Maior. Tampa de sepultura em estola.



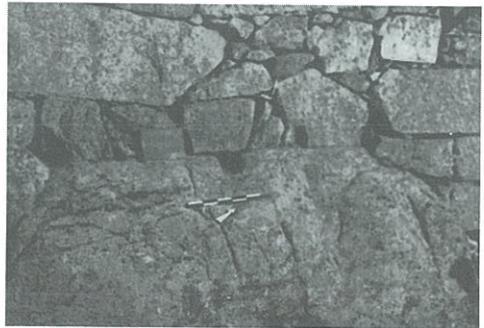
EST. IV.3 – Vila Maior. Sepultura antropomórfica.



EST. IV.4 – Forno de Vila Maior.



Est V.1 – Pai Penela (Lagar).



Est V.2 – Pai Penela (Canal de escoamento de lagar).

